



bases
FUNDAÇÃO BANE B DE
SEGURIDADE SOCIAL



RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES

2014

Seja muito bem-vindo!

A BASES apresenta o seu Relatório Anual referente ao ano de 2014, com as principais informações que permitem a você acompanhar de perto o seu plano e analisar a Entidade sob os seguintes aspectos:

- ✓ Situação patrimonial;
- ✓ Resultado dos investimentos em 2014;
- ✓ Política de investimentos para 2015;
- ✓ Despesas administrativas da Entidade;
- ✓ Situação atuarial do plano de benefícios.

Este documento contém, ainda, os pareceres dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e dos auditores independentes, atestando que os resultados aqui apresentados estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades de Previdência Complementar (EFPC).

O Relatório Anual de Informações é uma obrigação legal prevista na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC nº 23, de 6/12/2006). O seu conteúdo está em consonância com os aspectos legais estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) através da Instrução Normativa nº 5, de novembro de 2013.

Em setembro de 2014, a Previc publicou a Instrução n.º 11, dispensando as EFPC do envio, por meio impresso, do resumo do relatório anual de informações aos participantes ativos e assistidos. Por isso, este documento estará disponível somente aqui no site da Bases. A decisão é fruto de demandas do próprio setor de previdência e visa desoneração de custos de impressão, postagem, além de princípios de sustentabilidade ambiental.

Este Relatório está em linha com os princípios da BASES, retratando a transparência, governança corporativa e seriedade que orientam todas as ações da Entidade.

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco. Teremos o maior prazer em ajudá-lo.

Fundação Baneb de Seguridade Social - BASES

Prezado Participante

O Relatório Anual de Informações é uma ótima oportunidade de olharmos para o ano que se encerrou e fazer uma reflexão sobre os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas. É momento de analisar as dificuldades que tivemos e as soluções que encontramos para atender os compromissos assumidos com nossos participantes.

Administrar o patrimônio de milhares de pessoas, que depositam na Bases a esperança e a confiança de assegurar um benefício suplementar ao da Previdência Social, visando manter o padrão de vida na aposentadoria, ultrapassa o desafio de buscar o maior retorno em rentabilidade, com o menor risco. É uma responsabilidade que impõe aos que estão à frente de sua administração, uma gestão séria, transparente e comprometida com os resultados de longo prazo.

Porém, alcançar a rentabilidade necessária para o cumprimento dos compromissos futuros do plano de previdência exige, cada vez mais, uma avaliação permanente e minuciosa do cenário econômico. As estratégias implementadas precisam estar em consonância com as diretrizes determinadas pela legislação vigente.

Em 2014, a atividade econômica global continuou sendo marcada pela incerteza. O que parecia ser o início da retomada do crescimento consistente nas economias centrais, principalmente na Europa, não se confirmou, acentuando-se as projeções de crescimento modesto para o futuro.

No Brasil, o ano de 2014 foi marcado pelo debate acerca do ajuste fiscal, do baixo crescimento do PIB, da retomada da inflação, do ajuste das tarifas públicas e da

necessidade de aumento ainda maior na taxa básica de juros. As Entidades de Previdência Complementar sabem que todas essas variáveis econômicas dificultam a performance do setor.

Ainda assim, apesar de 2014 ter apresentado grandes volatilidades no mercado, a Bases conseguiu alcançar as metas atuariais dos dois Planos de Benefícios que administra. Fato este que não ocorria desde os anos de 2011 e 2009, para o Básico e o Misto, respectivamente.

Os resultados obtidos pela Bases em 2014 só foram possíveis devido ao empenho dos nossos profissionais e dos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, sempre comprometidos com a melhoria constante dos serviços.

Temos a certeza de que nós estamos hoje bem mais preparados para enfrentarmos novos desafios que surgirem pela frente.

Agradecemos a todos pela confiança depositada. Ela é fundamental para cada ação desenvolvida pela Bases e nos estimula a idealizar novas realizações para você. A Fundação está sempre de portas abertas para seus participantes.

Boa leitura.

Diretoria Executiva

Dirlene Rios da Silva

Presidente

Ednaldo Moitinho Alves

Diretor de Seguridade

Jorge Luiz de Souza

Diretor Administrativo e Financeiro

Uma Entidade que acredita e pratica a Governança corporativa

Criada em 20 de maio de 1986, através da Portaria 3.762 do o Ministério da Previdência e Assistência Social, a Fundação Baneb de Seguridade Social- BASES é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar as prestações com segurados da previdência oficial dos empregados e respectivos dependentes do antigo Banco do Estado da Bahia S.A. e da própria Entidade.

A BASES possui uma gestão responsável que aplica as boas práticas de governança, tais como transparência, prestação de contas e integridade, aliando altos princípios éticos e o comprometimento com os recursos dos participantes.

A Fundação conta com 17 profissionais em seu quadro próprio de pessoal, além de uma Diretoria Executiva, um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal, responsáveis pela administração de dois planos de previdência - Plano Básico de Benefício Definido e o Plano Misto de Contribuição Definida - para mais de 2 mil participantes.

Ao final de 2014, os investimentos da Entidade, somados os dois Planos de Benefícios Previdenciários que administra, atingiram o valor aproximado de R\$ 838 milhões.

Missão

Administrar planos de previdência, com gestão eficaz dos recursos, buscando melhores soluções para assegurar os benefícios previdenciários, de forma a contribuir para a qualidade de vida dos participantes e de seus dependentes.

Visão

Ser reconhecida como uma instituição previdenciária atuante pela excelência na concessão de aposentadorias e pensões aos segurados e dependentes e eficácia na gestão de recursos.

Valores

A BASES conduz sua gestão orientada e motivada por princípios éticos expressos pelos seguintes valores:

- Transparência; responsabilidade;
- Integridade; respeito;
- Qualidade; competência;
- Profissionalismo; comprometimento.



Estrutura Organizacional

A estrutura de governança da BASES é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior na estrutura organizacional, responsável pela definição da política geral de administração, alteração de estatuto e regulamentos, gestão dos investimentos, entre outras atribuições. Seus membros e respectivos suplentes, escolhidos paritariamente entre representantes dos participantes e assistidos e do patrocinador.

O Conselho Fiscal, como o próprio nome define, é o órgão fiscalizador da BASES. Cabe a ele, principalmente, examinar os balancetes mensais e balanços anuais, acompanhar orçamentos e controles internos da Entidade. Os membros que compõem o Conselho são designados ou eleitos entre os participantes e assistidos.

A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral, cabendo-lhe executar todos os atos necessários ao bom funcionamento do Instituto, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das definições, diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. Os membros que compõem a Diretoria Executiva são designados ou eleitos.

Conselho Deliberativo

Lauzimar Gomes Lima - Presidente
Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza
Eduardo Augusto Furtado Correa
Ezequiel dos Anjos
José Aziz Raimundo Filho
Gabriel dos Santos Evangelista (Suplente)
José Leandro Gomes (Suplente)
Mirian Pinho Oliveira Rosa (Suplente)

Conselho Fiscal

Magnoneide Matos da Silva - Presidente
Edvaldo Oliveira Souza Filho
Silvadir Duarte Amazonas Pedroso
Antônio Martins Neto (Suplente)
Odeval Fonseca Araújo (Suplente)
Tânia Maria Cardoso Santos (Suplente)

Diretoria Executiva

Dirlene Rios da Silva - Presidente
Ednaldo Moitinho Alves - Diretor de Seguridade
Jorge Luiz de Souza - Diretor Administrativo e Financeiro



GESTÃO DE Benefícios

Quadro de Participantes

A BASES encerrou o exercício de 2014 com um total de 2.203 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.420 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 745 ativos e 38 autopatrocinados (participante que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e opta em permanecer na Bases, contribuindo mensalmente, com os mesmos valores de quando estava ativo, ou seja, com os valores de suas contribuições e os do patrocinador. A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativos	127	128	618	633	745	761
Autopatrocinados	10	12	28	29	38	41
Assistidos	1.145	1.142	275	265	1.420	1.407
Tempo de Serviço	585	590	48	44	633	634
Invalidez	349	349	170	169	519	518
Pré-Invalidez	0	0	43	37	43	37
Idade	9	9	1	1	10	10
Pensionistas	202	194	13	14	215	208

Folha de Benefícios

As despesas previdenciais com a folha de benefícios no ano de 2014 foram de R\$ 48.818.478,27. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 42.202.064,35 e a folha do Plano Misto, R\$ 6.616.413,92. A seguir, os quadros com a comparação entre os anos de 2013 e 2014.

TIPO DE BENEFÍCIO	PLANO BÁSICO VALOR		PLANO MISTO VALOR	
	2014	2013	2014	2013
Tempo de Serviço	28.772.249,74	28.491.819,23	1.496.236,64	1.169.921,28
Idade	103.415,00	106.262,46	54.280,72	44.132,55
Invalidez	7.047.279,07	6.915.648,97	4.115.474,67	5.644.652,01
Pré-Invalidez	-	-	600.878,08	629.343,94
Pensão	6.279.120,54	5.535.967,69	349.543,81	333.872,20
Total (R\$mil)	42.202.064,35	41.049.698,35	6.616.413,92	7.821.921,98

Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representados pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2014, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 7.268.483,15.

CONTRIBUIÇÕES	PLANO BÁSICO VALOR		PLANO MISTO VALOR	
	2014	2013	2014	2013
Ativos	390.153,18	337.145,39	2.167.916,25	1.915.104,40
Assistidos	2.426.201,89	2.303.565,72	-	-
Patronal	955.489,44	775.706,45	1.328.722,39	1.290.649,84
Total	3.771.844,51	3.416.417,56	3.496.638,64	3.205.754,24

Demonstrações Atuariais do Plano Básico

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19.860.002-65
CPF do atuário: 405.910.507-49
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2014
Data do Cadastro: 31/10/2014
Data da Avaliação: 31/12/2014
Observações: Base outubro de 2014, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2014, no que se refere a Avaliação Atuarial. Plano em extinção desde 01/07/1998.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 122
Observações: Duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, calculado por meio de planilha eletrônica divulgada na página da Previc.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores: BANEBCORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18
FUNDAÇÃO BANEBCORRETORA DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93
BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84

Participantes Ativos: 138 (133 Ativo / Autopatrocinado + 5 Benefício Proporcional Diferido).

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 731.674,24 = R\$ 9.511.765,12$

*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

Seção das hipóteses atuariais:

1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% ao ano.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4,08% ao ano.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2014, a rentabilidade real obtida pelo Patrimônio de Cobertura foi de 4,08% ao ano, inferior a meta atuarial real de rentabilidade de 5,00% ao ano esperada para o exercício, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: A BASES contratou assessoria econômica financeira para realização de Estudo Técnico de ALM-Asset Liability Management para adequação da Taxa Real de Juros Atuarial a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2014 do Plano, utilizando como base o Fluxo Probabilístico de Receitas e Despesas Previdenciárias feito pela JESSÉ MONTELLO, com o objetivo de auxiliar na definição da estratégia de investimento dos recursos da Entidade. O estudo apresentou a estimativa do comportamento das principais variáveis econômicas no período projetado, visando embasar o estabelecimento de estratégias de investimento que permitam a redução dos riscos envolvidos, bem como a maximização dos retornos esperados. Tais estudos atualmente estão subsidiando a política de investimentos da BASES e consubstanciaram a decisão do Conselho Deliberativo pela manutenção da Taxa Real de Juros de 5% ao ano para fins da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2014, considerando que, como evidenciado, essa Taxa Real de Juros do Plano Básico da BASES se mostra compatível e aderente com as projeções de rentabilidade real estimadas para os investimentos desse Plano para todo o horizonte de projeção, levando em consideração que tal taxa real de juros atende ao limite máximo determinado na legislação em vigor até 31/12/2014, o que, conforme estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida.

Justificativa EFPC: A Bases realizou estudo de aderência elaborado pela Riskoffice com base em novembro/2014 que afirma que as condições da carteira atual de ativos do Plano Básico estão de acordo com

as características do passivo atuarial considerando os cenários econômicos adotados pela consultoria para as projeções. A mediana dos retornos reais (da carteira atual) dos anos apresentados resulta em uma taxa média ao ano de 5,17%. Considerando a mediana das simulações observamos aderência entre a meta atuarial do Plano e a expectativa de retorno da carteira (o resultado de liquidez apresentado anteriormente comprova a aderência da carteira em fluxo de caixa para garantia do pagamento das obrigações atuariais), neste contexto, o Conselho Deliberativo definiu pela manutenção da Taxa Real de Descontos / Juros, no patamar de 5% ao ano, devendo passar pela avaliação dos estudos econômicos-financeiros sobre a viabilidade de obtenção dessa taxa real de retorno dos investimentos ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 0% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,23%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2014, tomando por base o Salário de Participação, foi obtido, em média, um Crescimento Real dos Salários de 2,23% acima da inflação medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem no exercício de 2014. Para o Salário Real de Benefícios, foram obtidos, ao longo do exercício de 2014, em média, ganhos reais de 7,67% acima da inflação medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.

Opinião do Atuário: A perspectiva de obtenção de 0% ao ano para a premissa de Crescimento Real de Salário ao longo dos anos futuros de atividade dos atuais Participantes Ativos do Plano, ou seja, sem perspectiva de Crescimentos Salariais acima da inflação, foi adotada de acordo com informações apresentadas pelo Patrocinador, considerando que, por se tratar de hipótese econômico-financeira, no que o Patrocinador entender guardar relação com suas respectivas atividades, deve apresentar manifestação por escrito sobre a utilização destas hipóteses na avaliação atuarial do ano de 2014, nos termos do subitem 1.1. do Regulamento apresentado no Anexo da Resolução CGPC / MPS Nº18 de 28/03/2006. O Salário Real de Benefícios, calculado com base nos dispositivos regulamentares do Plano, ao longo do exercício de 2014, apresentou em média, ganhos reais de 7,67% acima da inflação medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, sendo este Salário Real de Benefícios a base de cálculos dos suplementações abrangidas pelo Regulamento do Plano, mesmo considerando que o Salário de Participação não poderá ultrapassar 3 vezes o valor da Unidade Referencial BASES – URB, com a elevação da inflação medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem nos últimos exercícios, consequentemente há crescimento neste valor que é base de cálculo das suplementações previstas no Regulamento do Plano.

Justificativa EFPC: Essa hipótese foi adotada de acordo com informações apresentadas pelo patrocinador.

3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 100%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 100%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando a Justificativa da EFPC e a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: Essa hipótese foi adotada de acordo com informações apresentadas pelo patrocinador.

4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,54%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A inflação de 2014, medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, foi de 6,33% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado de 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano

tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano (em fase de extinção desde 01/07/1998) e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil para o ano de 2015.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na opinião do Atuário.

5) Hipótese: Rotatividade

Valor: Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Nenhuma saída (já que se está trabalhando com rotatividade nula).

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ver a opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 01/07/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com o Patrocinador antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelo instituto do autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício.

Justificativa EFPC: Adotou-se taxa de rotatividade nula, compatível com as informações apresentadas pelo patrocinador e com a opção pelo Benefício Proporcional Diferido por parte de todos os Participantes que percam o vínculo empregatício com o patrocinador antes da entrada em gozo de benefício.

6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 9.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 7.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1672/2014, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Através do Método “MONTELLO”, foram apresentados os estudos de aderência de tábuas de mortalidade descritos no JM/1672/2014, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, em períodos situados entre o início de 2007 e o final de 2013, tendo sido deliberado pelo Conselho Deliberativo da BASES a adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%” nesta reavaliação atuarial de 31/12/2014, já que o nível de aderência dessa Tábua representou, através dos resultados dos testes realizados, uma cobertura de 100% (ou 1,0000), ou seja, apresentou, uma Reserva Matemática Esperada igual ou superior à Reserva Matemática Efetiva (com valores de relação maiores ou iguais a 1,0000).

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 (masculina) desagravada em 13% à massa populacional do Plano e a referida tábua atende à exigência estabelecida no item 2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1672/2014, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “da AT-83 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, bem como considerando que o nível de aderência dessa Tábua representou, através dos resultados dos testes realizados, uma cobertura de 100% (ou 1,0000), ou seja, apresentou, uma Reserva Matemática Esperada igual ou superior à Reserva Matemática Efetiva (com valores de relação maiores ou iguais a 1,0000).

Justificativa EFPC: Nos testes de aderência realizados, considera-se que para obter indicativo sobre a Tábua de Mortalidade de Inválidos, o mais recomendável é a utilização de uma tábua de mortalidade de

inválidos da mesma família da tábua de mortalidade geral adotada, porém com um nível de mortalidade mais elevado. Os testes demonstram a aderência da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-83 à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1673/2014, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/1673/2014, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluiu que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100% é aceita para elaboração da avaliação atuarial do Plano, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela alteração da Tábua de Entrada em Invalidez para a LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100%, sugerida pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, por esta apresentar aderência ao Plano básico da BASES, conforme teste apresentado no JM/1673/2014.

9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O esperado para o exercício seguinte toma por base o ocorrido no exercício encerrado, que foi calculado considerando a média dos beneficiários vitalícios por participante / grupo de pensionistas.

Opinião do Atuário: É adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Pensões por Morte já Concedidas desde a avaliação atuarial de 31/12/2012. Dessa forma, os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e os Benefícios de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista, o que vem sendo analisado desde então pela BASES, com base em Estudos de Hipóteses, a fim de ajustar toda a avaliação atuarial dos benefícios já concedidos pelo Plano utilizando a composição familiar efetiva com base no cadastro da BASES.

Justificativa EFPC: Durante o exercício de 2013, a BASES deu continuidade ao recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários e, acatando recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios, manteve a alteração da hipótese de composição de família de pensionistas de “experiência regional” para “família efetiva”, aplicável aos benefícios de pensão por morte de participante, já concedidos.

10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,6%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6,33%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 6,33% corresponde ao INPC-IBGE, de dezembro/2013 a novembro/2014, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O Indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE, que expressa a perda do poder aquisitivo da renda dos trabalhadores.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 34

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores que levam a que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

Seção dos Benefícios

1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 588

Valor médio do benefício: R\$ 3.747,34

Idade média dos assistidos: 70 anos

2) Benefício: Aposentadoria por Idade

Quantidade de benefícios concedidos: 9

Valor médio do benefício: R\$ 883,89

Idade média dos assistidos: 76 anos

3) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 349

Valor médio do benefício: R\$ 1.531,59

Idade média dos assistidos: 61 anos

4) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 191

Valor médio do benefício: R\$ 2.295,64

Idade média dos assistidos: 68 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

PMBC

CD

Saldo de Conta dos Assistidos: -

BD

VABF Programados – Assistidos: R\$ 341.755.437,08

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 146.743.875,87

PMBaC

CD

Saldo de Contas- parcela Patrocinador ou Instituidor: -

Saldo de Contas- parcela Participantes: -

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ 45.186.115,64

VACF Patrocinadores: R\$ (317.199,77)

VACF Participantes: R\$ (155.640,42)

BD Capitalização Não Programado:

VABF: R\$ 16.756.625,42

VACF Patrocinadores: R\$ (117.629,00)

VACF Participantes: R\$ (57.710,14)

Custo do Ano

% Custo Normal dos Participantes Não Assistidos × (13 × Folha de Salário de Participantes Não Assistidos)

14,241% × (13 × R\$ 731.674,24) = R\$ 1.354.570,47

$\% \text{ Custo Normal dos Participantes Assistidos} \times (13 \times \text{Folha de Benefícios de Participantes Assistidos})$
 $8,00\% \times (13 \times \text{R}\$ 2.745.912,43) = \text{R}\$ 2.855.748,92$

Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Outras Finalidades:

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

NOTA: Não há contratos para serem preenchidos neste campo, conforme informado pela BASES.

Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 560.268.935,85 (*1)

Insuficiência de Cobertura do Plano:

(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade:

Fonte de Custeio:

Recursos Recebidos no Exercício:

Recursos Utilizados no Exercício:

Saldo:

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-
Assistidos:-

Resultado positivo do exercício: R\$-
Resultado negativo do exercício: R\$ 7.314.027,19 (*1)
Déficit Técnico: R\$-
Reserva de Contingência: R\$ 10.475.061,17
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$-

(*1) Valor obtido a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2013 e de 31/12/2014 informados pela BASES, tendo como base o resultado do Plano nos respectivos exercícios.

Plano de Custeio

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)
 $8,988\% \times (13 \times R\$ 731.674,24) = R\$ 854.917,45.$

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Equacionamento de Déficit:-

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado:-

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades:-

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos)
 $5,253\% \times (13 \times R\$ 731.674,24) = R\$ 499.653,02.$

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit:-

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado:-

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades:-

9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Assistido \times (13 \times Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)
 $8,00\% \times (13 \times R\$ 2.745.912,43) = R\$ 2.855.748,92$

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Equacionamento do Déficit:-

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Serviço Passado:-

12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Outras Finalidades:-

13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar:-

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Patrocinador:-

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Participantes:-

16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Assistidos:-

17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2015.

Parecer Atuarial do Plano Básico

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 14,241% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO	
	ANO ANTERIOR	ANO ANTERIOR
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	10,537%	10,542%
INVALIDEZ	0,587%	0,590%
PENSÃO POR MORTE	0,011%	0,013%
PECÚLIO POR MORTE *2	0,96%	0,96%
AUXÍLIO RECLUSÃO *2	-	-
SUB-TOTAL (1)	12,095%	12,105%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	2,135%	2,136%
SUB-TOTAL (2)	2,135%	2,136%
TOTAL (1)+(2)	14,230%	14,241%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Custo coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinador: 15% das Contribuições Normais.

2) O custo total reavaliado de 14,241% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,242%	5,253%
Contribuição Normal do Patrocinador (*1)	8,988%	8,988%
Sub-Total	14,230%	14,241%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinador + Participantes Ativos)	14,230%	14,241%
Contribuições Normais dos Assistidos	8,00%	8,00%
Aposentados Assistidos	8,00%	8,00%
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: A contribuição do Patrocinador, de acordo com o Regulamento do Plano, teve redução de 0,359%, ou seja, de 9,347% para 8,988%, de acordo com a letra "c" do item IV do art. 101 a partir de maio de 2006, bem como, tem prevista outra redução de 0,605% de acordo com a letra "b" do item IV do art. 101 a partir de maio de 2016.

NOTA: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial (exercício de 2014), relativa à parcela que os mesmos fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir de abril de 2015, para o correspondente a 1,7110 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,241% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2014, de 14,241% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2014.

Varição das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

(valores em R\$)	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Referência			
Provisão de Benefícios Concedidos	468.336.190,71	488.499.312,95	4,31%
Provisão de Benefícios a Conceder	48.075.285,54	61.294.561,73	27,50%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	516.411.476,25	549.793.874,68	6,46%

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) da BASES, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 01/07/1998, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT-2000 (masculina) desagravada em 13% e da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-83 (masculina), considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2015 as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma estabelecida na Instrução Normativa nº 28/2008 de 30/12/2008 – D.O.U. de 31/12/2008), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 10.475.061,17, equivalente a 1,87% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 560.268.935,85.

2) A partir de 01/01/2015, com a entrada em vigor de forma obrigatória das novas normas CNPC, apresentadas ao final do exercício de 2014 de forma facultativa para esta Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2014, a perspectiva de adoção de Taxa Real de Juros deve tomar por base o que foi estabelecido na Resolução CNPC nº 15/2014 de 19/11/2014 e respectiva Duração do Passivo do Plano, bem como os procedimentos a serem observados na apuração do resultado técnico tomando por base o que foi estabelecido na Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014, com parâmetros definidos para ambas através da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, dispondo sobre os critérios para definição e divulgação da Duração do Passivo, da Taxa de Juros parâmetro e do Ajuste de Precificação no âmbito dos Planos de Benefícios operados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar- EFPC.

3) Cabe destacar aqui neste item, que observando a elevação nos valores de Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder apurados nos últimos exercícios, tendo em vista inclusive, a diferença entre a quantidade esperada e ocorrida para a premissa de Crescimento Real de Salário acima da inflação que no exercício de 2014 foi de 2,23% ocorrido contra 0% que estava sendo esperado, e, na variação observada no Salário Real de Benefícios ao longo do exercício de 2014, que em média, apresentou ganhos reais de 7,67% acima da inflação medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.

Ao longo deste exercício de 2015, um parâmetro que também pode ser considerado em relação à Resolução CNPC nº 15/2014 de 19/11/2014, paralelamente aos estudos atuariais que serão realizados, considerando, inclusive, os valores apurados nos últimos 2 exercícios em relação a diferença entre a quantidade esperada e ocorrida para a premissa de Crescimento Real de Salário acima da inflação, sabendo que o impacto em relação a ganhos reais acima da inflação eleva o valor das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano Básico, onde em seu subitem 1.2 do Artigo 2º estabelece:

“1.2. A EFPC deverá solicitar do patrocinador ou, se for o caso, do instituidor do plano de benefícios manifestação fundamentada sobre as hipóteses econômicas e financeiras que guardem relação com suas respectivas atividades, cuja declaração fornecida deverá ser arquivada, ficando à disposição da Previc.”

Bem como que, mesmo considerando que o Salário de Participação não poderá ultrapassar 3 vezes o valor da Unidade Referencial BASES – URB, com a elevação da inflação medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem nos últimos exercícios, consequentemente está ocorrendo crescimento no valor do Salário Real de Benefícios calculado de acordo com Regulamento, que é base de cálculo das suplementações previstas no Plano.

4) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2014 pelo Patrimônio de Cobertura do Plano foi de 10,68% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 11,65%, o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 4,08% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES, na obtenção das referidas rentabilidades.

5) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina).

- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte Agravada em 100%.
- iv) Rotatividade: Nula.
- v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.
- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
- viii) Em relação à composição familiar, é adotada a Família Efetiva nos Benefícios já Concedidos de Pensões por Morte e continua sendo adotada a Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios já Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.
- ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
- x) Entrada em aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta D.A. e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta DA.

Variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2013 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2014 (*1)	R\$ 19.861.517,15
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2014 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2013 evoluído para 31/12/2014 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	R\$ (5.227.735,27)
Adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT2000 desagravada em 13%	R\$ (3.526.504,90)
Adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT83	R\$ 501.299,03
Ganho referente a resultado positivo de reavaliação de imóveis ocorrido em julho/2014	R\$ 8.784.823,23
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ (9.918.338,07)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014 (*3)	R\$ 10.475.061,17

(*1): R\$ 19.861.517,15 = 17.789.088,36 x 1,1165 (tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES).

(*2): Equivale a 1,80% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 549.793.874,68 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício, inclusive sobre a perspectiva apresentada para o exercício em relação a Hipótese de Crescimento Salarial (vide “Seção a)” desta DA).

(*3): Equivalente a 1,87% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 549.793.874,68.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2014, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco) do total do Exigível Atuarial, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Demonstrações Atuariais do Plano Misto

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19.980.037-11

CPF do atuário: 405.910.507-49

CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2014

Data do Cadastro: 31/10/2014

Data da Avaliação: 31/12/2014

Observações: Base outubro de 2014, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2014.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 167

Observações: Duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, calculado por meio de planilha eletrônica divulgada na página da Previc.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores:

BANEB CORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18

FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93

BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84

Participantes Ativos: 695 (673 Ativos / Autopatrocinaados + 22 Benefícios Proporcionais Diferidos)

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 3.371.915,59 = R\$ 43.834.902,67$

*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

Seção das hipóteses atuariais:

1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 4,75% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,75%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6,60%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2014, a rentabilidade real obtida pelo Patrimônio de Cobertura foi de 6,60% ao ano, superior a meta atuarial real de rentabilidade de 5,00% ao ano esperada para o exercício, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: A BASES contratou assessoria econômica financeira para realização de Estudo Técnico de ALM-Asset Liability Management para adequação da Taxa Real de Juros Atuarial a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2014 do Plano, utilizando como base o Fluxo Probabilístico de Receitas e Despesas Previdenciárias feito pela JESSÉ MONTELLO, com o objetivo de auxiliar na definição da estratégia de investimento dos recursos da Entidade. O estudo apresentou a estimativa do comportamento das principais variáveis econômicas no período projetado, visando embasar o estabelecimento de estratégias de investimento que permitam a redução dos riscos envolvidos, bem como a maximização dos retornos esperados. Tais estudos atualmente estão subsidiando a política de investimentos da BASES e consubstanciaram a decisão do Conselho Deliberativo pela adoção da Taxa Real de Juros de 4,75% ao ano para fins da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2014, considerando que, como evidenciado, essa Taxa Real de Juros do Plano Misto da BASES se mostra compatível e aderente com as projeções de rentabilidade real estimadas para os investimentos desse Plano para todo o horizonte de projeção, levando em consideração que tal taxa real de juros atende ao limite máximo determinado na

legislação em vigor até 31/12/2014, o que, conforme estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida.

Justificativa EFPC: A Bases realizou estudo de aderência elaborado pela Riskoffice com base em novembro/2014 que afirma que as condições da carteira atual de ativos do plano Misto I estão de acordo com as características do passivo atuarial considerando os cenários econômicos adotados pela consultoria para as projeções. A mediana dos retornos reais (da carteira atual) dos anos apresentados resulta em uma taxa média ao ano de 5,03%. Considerando a mediana das simulações observamos aderência entre a meta atuarial do plano e a expectativa de retorno da carteira (o resultado de liquidez apresentado anteriormente comprova a aderência da carteira em fluxo de caixa para garantia do pagamento das obrigações atuariais).”. neste contexto, verificamos que a Taxa Real de Descontos/Juros, encontra-se num patamar muito próximo dos 5% ao ano, desta forma, com o intuito de aumentar o intervalo de confiança entre a taxa real de juros dos ativos e a taxa de desconto do Plano Misto I, visando alinhar a precificação do ativo e do passivo atuarial, o Conselho Deliberativo definiu por uma redução de 0,25% para a taxa de desconto/juros do Plano Misto I passando-se a mesma de 5% para 4,75%. Lembrando que a mesma deve passar pela avaliação dos estudos econômico-financeiros sobre a viabilidade de obtenção dessa taxa real de retorno dos investimentos ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.” (Grifo nosso).

2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário: -

Justificativa EFPC: -

3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário: -

Justificativa EFPC: -

4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,54%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A inflação de 2014, medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, foi de 6,33% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado de 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos de existência desse Plano e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Justificativa EFPC: O fator de capacidade utilizado atualmente é o de 0,98 (98%), ou seja, projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do referido campo de variação da meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil.

5) Hipótese: Rotatividade

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário: -

Justificativa EFPC: -

6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: “ q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,33.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1672/2014, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Através do Método “MONTELLO”, foram apresentados os estudos de aderência de tábuas de mortalidade descritos no JM/1672/2014, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, em períodos situados entre o início de 2007 e o final de 2013, tendo sido deliberado pelo Conselho Deliberativo da BASES a adoção da Tábua de Mortalidade Geral “ q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%” nesta reavaliação atuarial de 31/12/2014, já que o nível de aderência dessa Tábua representou, através dos resultados dos testes realizados, uma cobertura de 100% (ou 1,0000), ou seja, apresentou, uma Reserva Matemática Esperada igual ou superior à Reserva Matemática Efetiva (com valores de relação maiores ou iguais a 1,0000).

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 (masculina) desagravada em 13% à massa populacional do Plano e a referida tábua atende à exigência estabelecida no item 2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1672/2014, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “da AT-83 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “ q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, bem como considerando que o nível de aderência dessa Tábua representou, através dos resultados dos testes realizados, uma cobertura de 100% (ou 1,0000), ou seja, apresentou, uma Reserva Matemática Esperada igual ou superior à Reserva Matemática Efetiva (com valores de relação maiores ou iguais a 1,0000).

Justificativa EFPC: Nos testes de aderência realizados, considera-se que para obter indicativo sobre a Tábua de Mortalidade de Inválidos, o mais recomendável é a utilização de uma tábua de mortalidade de inválidos da mesma família da tábua de mortalidade geral adotada, porém com um nível de mortalidade mais elevado. Os testes demonstram a aderência da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-83 à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 18.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1673/2014, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/1673/2014, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluiu que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100% é aceita para elaboração da avaliação atuarial do Plano, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela alteração da Tábua de Entrada em Invalidez para a LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100%, sugerida pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, por esta apresentar aderência ao Plano Misto da BASES, conforme teste apresentado na JM/1673/2014.

9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O esperado para o exercício seguinte toma por base o ocorrido no exercício encerrado, que foi calculado considerando a média dos beneficiários vitalícios por participante / grupo de pensionistas.

Opinião do Atuário: É adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, com base no cadastro da BASES. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista.

Justificativa EFPC: Durante o exercício de 2013, a BASES deu continuidade ao cadastramento das famílias de dependentes-beneficiários e, acatando recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios, manteve a alteração da hipótese de composição de família de pensionistas de “experiência regional” para “família efetiva”, aplicável aos benefícios de já concedidos.

10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: IGP-M da FGV (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,6%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3,65%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 3,65%, corresponde ao IGP-M da FGV, de dezembro/2013 a novembro/2014, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um nível oficial de inflação, calculado pelo IGP-M, que expressa a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Justificativa EFPC: Em conformidade com o Regulamento de Benefícios do Plano, o IGP-M da FGV é o Indexador estabelecido para recompor o valor dos benefícios de prestação continuada.

11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 265

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 11

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: Considerando a modalidade em que é estruturado o Plano, o valor das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

Seção dos Benefícios

1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 47

Valor médio do benefício: R\$ 2.226,94

Idade média dos assistidos: 62 anos

2) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 169

Valor médio do benefício: R\$ 1.502,16

Idade média dos assistidos: 58 anos

3) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 13

Valor médio do benefício: R\$ 2.007,60

Idade média dos assistidos: 57 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

PMBC

CD

Saldo de Conta dos Assistidos:-

BD

VABF Programados – Assistidos: R\$ 19.177.163,45

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 57.531.490,34

PMBaC

CD (*1)

Saldo de Contas- parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 18.449.950,88

Saldo de Contas- parcela Participantes: R\$ 98.678.724,59

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ 42.888.627,81

VACF Patrocinadores: R\$-

VACF Participantes: R\$-

BD Capitalização Não Programado:

VABF: R\$ 4.477.619,4

VACF Patrocinadores: R\$ (676.069,66)

VACF Participantes: R\$-

Custo do Ano

% Custo Normal \times (13 \times Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos)

$7,324\% \times (13 \times R\$ 3.371.915,59) = R\$ 3.210.468,27$

Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Outras Finalidades:

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 251.964.310,93 (*1)

Insuficiência de Cobertura do Plano:

(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade: O Fundo Previdenciário de Resíduo de Reserva guarda relação com a perda da condição de participante do Plano Misto de Benefícios da BASES, deixando disponíveis recursos que não mais serão passíveis de serem resgatados ou portados ou de gerarem benefícios.

Fonte de Custeio: i) Saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador em razão de não mais serem passíveis de serem destinados a Resgate, Portabilidade ou Pagamento de Benefícios dos que perderem a condição de participante do Plano; e ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, compatíveis com a natureza desse Fundo e previstos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 20.359,79 (*1)

Recursos Utilizados no Exercício:-

Saldo: R\$ 227.139,52 (*1)

(*1) Valores informados pela BASES.

Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador:-
Participantes Ativos:-
Assistidos:-

Resultado positivo do exercício: R\$-
Resultado negativo do exercício: R\$ 3.092.469,00 (*1)
Déficit Técnico: R\$-
Reserva de Contingência: R\$ 11.436.804,12
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$-

(*1) Valor obtido a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2013 e de 31/12/2014 informados pela BASES, tendo como base o resultado do Plano nos respectivos exercícios.

Plano de Custeio

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)

$3,400\% \times (13 \times R\$ 3.371.915,59) = R\$ 1.490.386,69$

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Equacionamento de Déficit:-

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado:-

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades:-

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos)

$3,924\% \times (13 \times R\$ 3.371.915,59) = R\$ 1.720.081,58$

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit:-

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado:-

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades:-

9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:-

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Equacionamento do Déficit:-

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Serviço Passado:-

12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Outras Finalidades:-

13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar:-

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Patrocinador:-

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Participantes:-

16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Assistidos:-

17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2015.

Parecer Atuarial do Plano Misto

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,324% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	Em %	Em %
TIPO DE BENEFÍCIO	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	5,627%	5,624%
INVALIDEZ	0,494%	0,498%
PENSÃO POR MORTE	0,107%	0,103%
PECÚLIO POR MORTE *2	-	-
SUB-TOTAL (1)	6,228%	6,225%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	1,099%	1,099%
SUB-TOTAL (2)	1,099%	1,099%
TOTAL (1)+(2)	7,327%	7,324%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Administração igual a 32,32% da Contribuição do Patrocinador ($0,3232 \cdot 3,400\% = 1,099\%$), limitada a 15% do total das contribuições previdenciárias.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos participantes ativos é de 52 anos.

2) O custo total reavaliado de 7,324% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais	Em %	Em %
Referência	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	3,927%	3,924%
Contribuição Normal do Patrocinador (*1)	3,400%	3,400%
Sub-Total	7,327%	7,324%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinador + Participantes Ativos)	7,327%	7,324%
Contribuições Normais dos Assistidos	-	-
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: A destinação das contribuições do Patrocinador, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está vigente até que uma reavaliação atuarial indique a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 32,32% das contribuições do Patrocinador, se destinam à cobertura dos gastos administrativos: $[(15\% \cdot 7,324\% \cdot 3,40\%)]$;
- 17,68% das contribuições do Patrocinador, se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez): $[(0,498\% + 0,103\%) \div 3,400\%]$;
- 50,00% das contribuições do Patrocinador, se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos: $[(5,624\% - 3,924\%) \div 3,400\%]$.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 7,324% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2014, de 7,324% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2014.

Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

(valores em R\$)	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Referência			
Provisão de Benefícios Concedidos	67.728.539,55	76.708.653,79	13,26%
Provisão de Benefícios a Conceder	151.571.596,24	163.818.853,02	8,08%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	219.300.135,79	240.527.506,81	9,68%

FATO RELEVANTE: Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldo de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldo de Contas. Tal Provisão, que já está incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2014, considerando a taxa real de juros/desconto de 4,75% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral "qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%" e de Inválidos " $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)", assumiu em 31/12/2014 o valor de: R\$ 39.566.519,30.

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-actuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2014, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais, em conformidade com o posicionamento apresentado pelos patrocinadores, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 4,75% ao ano, da Tábua de Mortalidade Geral AT2000 desagravada em 13% e da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-83 (masculina), considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2015, as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma da Instrução Normativa Nº 28/2008 de 30/12/2008 – D.O.U. de 31/12/2008), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 11.436.804,12, equivalente a 4,54% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 251.964.310,93.

2) A partir de 01/01/2015, com a entrada em vigor de forma obrigatória das novas normas CNPC, apresentadas ao final do exercício de 2014 de forma facultativa para esta Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2014, a perspectiva de adoção de Taxa Real de Juros deve tomar por base o que foi estabelecido na Resolução CNPC nº 15/2014 de 19/11/2014 e respectiva Duração do Passivo do Plano, bem como os procedimentos a serem observados na apuração do resultado técnico tomando por base o que foi estabelecido na Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014, com parâmetros definidos para ambas através da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, dispendo sobre os critérios para definição e divulgação da Duração do Passivo, da Taxa de Juros parâmetro e do Ajuste de Precificação no âmbito dos Planos de Benefícios operados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar- EFPC.

3) A rentabilidade líquida do ano de 2014, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2014, informada pela BASES, foi de 10,50%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 8,84%, corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2013 a novembro/2014, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 5% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 6,60% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

- 4) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:
- i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%.
 - ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina).
 - iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte Agravada em 100%.
 - iv) Taxa real de juros/desconto: 4,75% ao ano.
 - v) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.
 - vi) Em relação à composição familiar, está sendo adotada a Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.
 - vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
 - viii) Entrada em aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os métodos de financiamento apresentados nesta D.A. e, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta DA.

Variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2013 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2014 (*1)	R\$ 15.813.660,86
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2014 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2013 evoluído para 31/12/2014 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	R\$ 3.887.805,94
Adoção da Taxa Real de Juros de 4,75% ao ano	R\$ (6.380.235,11)
Adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT2000 desagravada em 13%	R\$ (1.664.402,23)
Adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT83	R\$ 254.661,82
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ (474.687,17)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014 (*3)	R\$ 11.436.804,12

(*1): R\$ 15.813.660,86 = 14.529.273,12 x 1,0884 (tomando como indexador o IGP-M, aplicado com 1 mês de defasagem).
 (*2): Equivale a aproximadamente 0,20% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 240.527.506,81 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.
 (*3): Equivalente a 9,27% do valor das Provisões Matemáticas, classificado na modalidade de Benefícios Definidos, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 123.398.831,34.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2014, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco) do total do Exigível Atuarial, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426



GESTÃO DE Investimentos

Cenário Econômico

O ano de 2014 foi árduo para a economia do país. PIB (Produto Interno Bruto) próximo de zero, mercado de ações influenciado pela volatilidade provocada pelas eleições e incertezas sobre a economia e a política brasileiras foram algumas das variáveis que fizeram de 2014 um ano difícil para o segmento de Previdência Complementar.

A maioria dos fundos de pensão fechados não atingiu a meta atuarial em 2014, segundo estimativa da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

Meta atuarial é a rentabilidade mínima necessária das aplicações financeiras para o cumprimento dos compromissos futuros do plano de previdência.

O quadro não chega a ser altamente preocupante, já que no longo prazo os fundos ainda guardam uma folga de rentabilidade, obtidos no anos anteriores a 2010. Porém, as entidades sabem que as oscilações da taxa de juro e o mercado de ações fraco dificultam a performance do setor.

Apesar do cenário, em 2014 a Bases conseguiu superar o objetivo atuarial nos dois planos de benefícios que administra. Fato que não ocorria desde o ano de 2009 para o Plano Misto e de 2011, para o Básico.

O Plano Básico (Benefício Definido - BD) obteve uma rentabilidade de 11,61%, superando sua meta atuarial de INPC + 5% ao ano, que foi de 11,54%.

No Plano BD, um importante aliado na superação da meta foi a alocação de 61% dos investimentos líquidos do Plano em NTNBS, títulos públicos federais com rentabilidade vinculada à variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que tiveram no ano uma rentabilidade de 12,29%.

O mesmo aconteceu com os investimentos do

Plano Misto (Contribuição Definida - CD). A rentabilidade foi influenciada positivamente pela alocação de 65% dos investimentos líquidos do Plano em papéis indexados ao IPCA.

O Plano CD obteve uma rentabilidade em 2014 de 10,50%, enquanto que o atuarial de IGP-M + 5% fechou o mesmo período em 8,87%, o que indica uma superação da meta atuarial em 1,50%.

Em 2014 os títulos públicos federais indexados ao IPCA tiveram o segundo melhor resultado do ano, com alta de 12,29%. Estes títulos são importantes no alcance dos objetivos atuariais, não só pela alta remuneração apresentada, como também pela proteção que oferece com relação à inflação. Por isso, representam a principal estratégia no segmento de Renda Fixa da Bases.

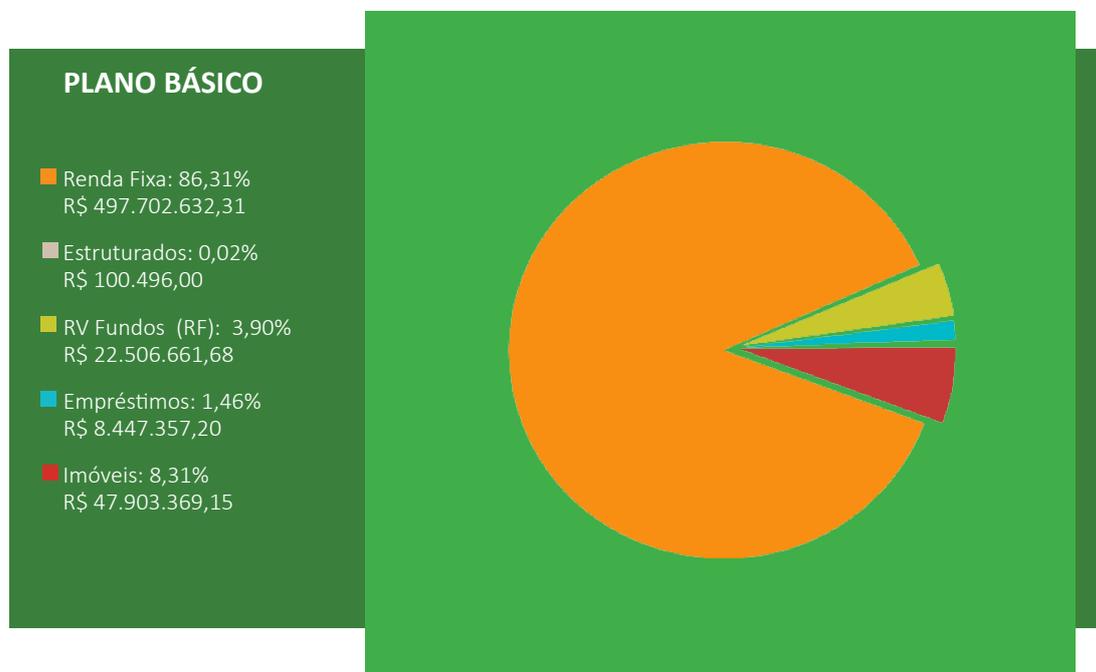
Os resultados alcançados em 2014 também já são reflexos do Estudo de ALM (Asset Liability Management), iniciado em 2012, que além de propiciar a gestão integrada de ativos (patrimônio) e passivos (compromissos) através de oportunidades de investimentos disponíveis no mercado para longo prazo, também se preocupa com a rentabilidade e sinaliza o percentual de alocação em cada segmento de aplicação de acordo com a necessidade de cada Plano de Benefícios.

Além dos títulos públicos, a Bases tem mantido uma alocação conservadora (13% dos investimentos líquidos) em títulos privados. Ainda assim, essa classe de ativos tem colaborado com o resultado. Os investimentos, somados os dois planos de benefícios da Entidade, atingiram, ao final de 2014, o valor aproximado de R\$ 838 milhões.

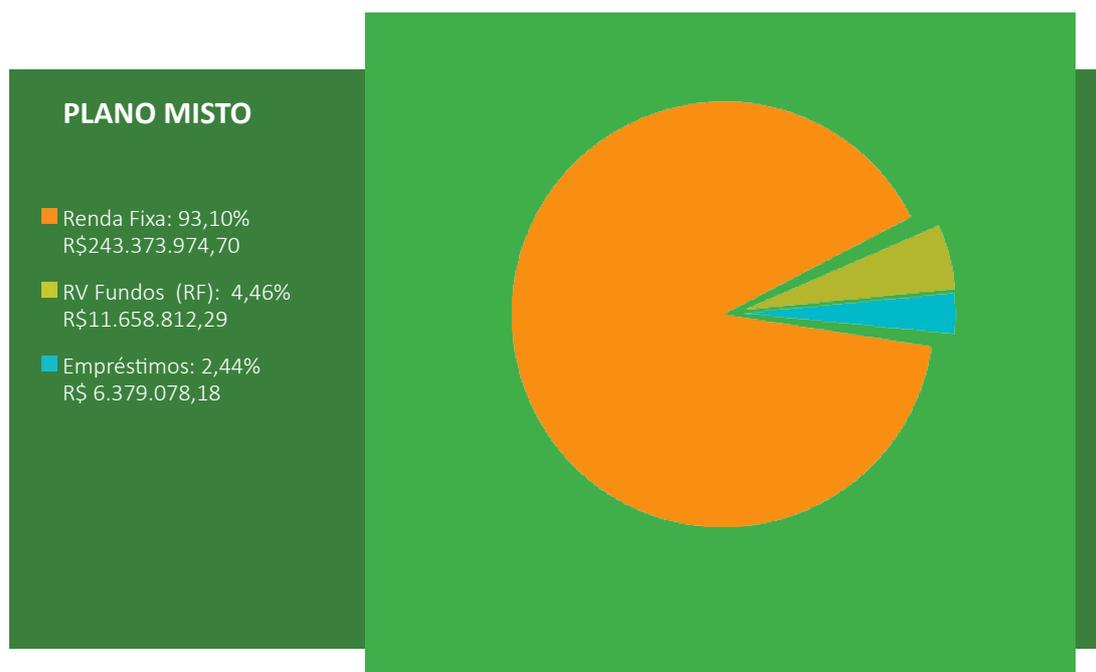
Do total consolidado, aproximadamente R\$ 577 milhões correspondem ao Plano Básico. O valor referente ao investimento do Plano Misto corresponde a cerca de R\$ 261 milhões. A distribuição dos investimentos está demonstrada a seguir.

Distribuição dos Investimentos

Os investimentos líquidos do Plano Básico encerraram dezembro de 2014 com R\$ 576.660.516,34. Se comparado a dezembro de 2013, os investimentos líquidos do Plano apresentaram uma evolução de 4,31%, correspondendo a R\$ 23,81 milhões. A carteira esta distribuída conforme o gráfico abaixo.



Em dezembro de 2014, os investimentos líquidos do Plano Misto atingiram o montante de R\$ 261.411.865,17. Nesse plano, a evolução líquida em dezembro de 2014, quando comparamos com dezembro de 2013, foi de 7,54%, correspondendo a R\$ 18,3 milhões. A carteira esta distribuída conforme o gráfico abaixo:



Demonstrativo de Investimentos

O Demonstrativo de Investimentos revela a alocação de recursos da Entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável, etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da Entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

SEGMENTO	2013		2014	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
CONSOLIDADO				
Renda Fixa	741.113.929,4	93,11%	775.242.081,0	92,50%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%
Imóveis	39.926.516	5,02%	47.903.369	5,72%
Estruturados	98.165	0,01%	100.496	0,01%
Empréstimos	14.797.085	1,86%	14.826.435	1,77%
Total dos Recursos Garantidores	795.935.695	100,00%	838.072.382	100,00%
PLANO BÁSICO				
Renda Fixa	552.847.545	99,98%	576.660.516	100,00%
Renda Variável	0	0,00%	0	0,00%
Imóveis	39.926.516	7,22%	47.903.369	8,31%
Estruturados	98.165	0,02%	100.496	0,02%
Empréstimos	8.280.996,23	1,50%	8.447.357,20	1,46%
PLANO MISTO				
Renda Fixa	243.088.150	100,00%	261.411.865	100,00%
Empréstimos	236.572.061	97,32%	255.032.787	97,56%
	6.516.089	2,68%	6.379.078	2,44%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
Renda Fixa	12.828.707	100,00%	12.993.937	100,00%
	12.828.707	100,00%	12.993.937	100,00%
LISTAGEM DE ATIVOS				
Total dos Investimentos da BASES	795.935.695	100,00%	838.072.382	100,00%
Conta corrente- Banco Bradesco/CEF	144.416	0,02%	26.946	0,00%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB BD	472.870.153	59,41%	485.083.462	57,88%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB II CD	236.491.028	29,71%	255.006.042	30,43%
CDB Caixa Econômica Federal	31.608.333	3,97%	35.125.631	4,19%
Carteira própria de ações	-	0,00%	-	0,00%
Estruturados	98.165	0,01%	100.496	0,01%
Imóveis	39.926.516	5,02%	47.903.369	5,72%
Empréstimos	14.797.085	1,86%	14.826.435	1,77%
GESTÃO TERCEIRIZADA				
Bradesco FI RENDA FIXA FEB	472.870.153	63,89%	485.083.462	65,54%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB II CD	236.491.028	31,95%	255.006.042	34,46%
Total da gestão terceirizada	709.361.181	89,12%	740.089.504	88,31%
Total dos Investimentos da BASES	795.935.695	100,00%	838.072.382	100,00%

Rentabilidade

Em 2014, a Bases conseguiu bater a meta atuarial nos dois planos de benefícios que administra. O Plano de Benefício Definido, Plano Básico, obteve uma rentabilidade de 11,61%, superando a meta atuarial de INPC + 5% ao ano que foi de 11,54%. Já o Plano de Contribuição Definida, Plano Misto, obteve uma rentabilidade no ano de 10,50%, enquanto que o atuarial, de IGP-M + 5% fechou em 8,87%.

Ano	Rentabilidade Acumulada		Rentabilidade Acumulada	
	Plano Básico	Meta Atuarial	Plano Misto	Meta Atuarial
2013	7,40%	10,85%	7,59%	10,81%
2014	11,61	11,54%	10,50%	8,87%

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

	2013	2014
PLANO BÁSICO	3,47%	5,64%
Segmento de Renda Fixa	4,01%	4,31%
Segmento de Renda Variável	-	-
Segmento de Imóveis	3,38%	25,25%
Segmento de Empréstimos	7,54%	7,97%
Segmento de Estruturados	0,3249	5,27%
CDI	4,48%	5,56%
IBVSP	8,53%	-5,94%
Meta Atuarial (INPC+5% a.a.)	4,72%	4,88%
PLANO MISTO	3,78%	2014
Segmento de Renda Fixa	4,03%	4,21%
Segmento de Renda Variável	-	-
Segmento de Imóveis	-	7,97%
Segmento de Empréstimos	7,97%	16,35
CDI	4,48%	5,56%
IBVSP	8,53%	-5,94%
Meta Atuarial (IGPM+5% a.a.)	6,27%	3,71%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	2013	2014
Segmento de Renda Fixa	4,42%	5,49%
CDI	4,47%	5,56%
IBVSP	8,53%	-5,94%
Meta Atuarial (CDI)	4,48%	5,56%

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado	Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão
Jorge Luiz de Souza Diretor Administrativo e Financeiro Tel: (71) 3319-6300	Performance Auditoria e Consultoria Empresarial CNPJ: 41.968.512 / 0001-23 Tel: (71) 3113-4500

Análise da Rentabilidade dos Segmentos

► Renda Fixa

Observamos na economia brasileira o esgotamento de condutores como o consumo, que antes impulsionaram o crescimento do país, onde o nível de preços se manteve em patamar elevado diante de um mercado de trabalho apertado, câmbio depreciado e inflação próxima do teto da meta (6,41%).

Plano Básico - A rentabilidade do segmento de Renda Fixa no ano foi de 10,62%, ficando abaixo do CDI, seu benchmark para a Política de Investimentos 2014, em 0,16%. As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2014, saldo aproximado de R\$ 520 milhões, evoluindo 4,40% em relação ao apurado no encerramento do exercício de 2013

Plano Misto - A rentabilidade do segmento de Renda Fixa no ano foi de 10,53%, ficando abaixo do CDI, seu benchmark para a Política de Investimentos 2014, em 0,24%. As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2013, saldo aproximado de R\$ 255 milhões, evoluindo 4,40% em relação ao apurado no encerramento do exercício de 2013.

► Renda Variável

O mercado de ações foi influenciado pela volatilidade devido ao cenário eleitoral, onde a bolsa apresentou o pior desempenho entre as aplicações financeiras, com queda de 2,91% no ano. O resultado foi muito afetado pelo mau desempenho da Petrobras. Com seus preços bem baixos, é uma excelente opção de longo prazo, pois em algum momento do futuro, a economia deverá voltar ao seu ritmo normal, propiciando grande valorização destas ações.

A alocação consolidada da BASES representa 4,08% dos Investimentos Líquidos da Entidade. Vale salientar que a aplicação em renda variável é feita através dos fundos BRADESCO FI MULTIMERCADO FEB BD e FEB II CD, fazendo parte da carteira de renda fixa dos fundos que fechou o ano com um saldo de R\$ 34.165.473,97. A rentabilidade apurada no ano foi de -5,44%, ficando abaixo em 2,73% do seu benchmark (IBX) que variou -2,79% no ano. Esse montante está aplicado em cotas de renda variável.

► Imóveis

O segmento de imóveis ficou acima do seu benchmark (INPC+5% aa), no ano, em 16,44%. O saldo dos investimentos em imóveis foi de aproximadamente R\$ 47,90 milhões, representando 8,31% do total dos investimentos. Sua rentabilidade foi de 29,89% devido a reavaliações contabilizadas no exercício.

► Empréstimos a participantes

Plano Básico - O segmento de empréstimos a participantes ficou acima do seu benchmark (INPC+5% aa) em 4,38% no ano. A carteira de empréstimos a participantes atingiu o montante aproximado de R\$ 8,4 milhões, representando 1,46% em relação ao total dos investimentos. A rentabilidade do segmento em 2014 foi de 16,44%.

Plano Misto - O segmento de empréstimos a participantes ficou acima do seu benchmark (IGPM+5% aa) em 7,57% no ano. A carteira de empréstimos a participantes atingiu o montante aproximado de R\$ 6,38 milhões, representando 2,44% em relação ao total dos investimentos líquidos do Plano. A rentabilidade em 2014 do segmento de empréstimos a participantes foi de 17,11%.

Custos com Administração de Recursos

A planilha mostra os valores que incidem sobre o patrimônio do fundo e cobre despesas com a administração dos recursos. Envolve a remuneração de gestores dos recursos. Os custos identificados, em grande parte, visam a oferecer mais segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Essas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

CUSTOS EXTERNOS	1º SEMESTRE 2014				2º SEMESTRE 2014			
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	TOTAL	MÉDIA MENSAL	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	MÉDIA MENSAL
TX ADM.	118.219,48	114.017,10	232.236,58	38.706,10	123.076,96	87.741,81	210.818,77	35.136,46
TX CETIP	4.561,43	4.577,24	9.138,67	1.523,11	4.479,37	4.421,06	8.900,43	1.483,41
TX SELIC	2.297,72	6.340,71	8.638,43	1.439,74	2.517,72	2.574,65	5.092,37	848,73
AUDITORIA	-	-	-	-	4.635,00	4.635,00	4.635,00	772,50
ANBIMA	801,80	1.603,60	2.405,40	400,90	801,80	1.603,60	2.405,40	400,90
CVM	9.600,00	9.600,00	19.200,00	3.200,00	9.600,00	9.600,00	19.200,00	3.200,00
OUTROS	78,00	96,00	174,00	29,00	75,00	252,95	327,95	54,66
TOTAL	135.558,43	136.234,65	271.793,08	45.298,85	145.185,85	106.194,07	251.379,92	41.896,65

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

CUSTOS EXTERNOS	1º SEMESTRE 2014				2º SEMESTRE 2014			
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	TOTAL	MÉDIA MENSAL	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	MÉDIA MENSAL
TX ADM.	59.159,02	57.648,57	116.807,59	19.467,93	R\$63.049,22	45.468,74	108.517,96	18.086,33
TX ANBID	-	-	-	-	-	-	-	-
TX CETIP	3.690,56	3.730,49	7.421,05	1.236,84	3.681,97	3.641,93	7.323,90	1.220,65
TX SELIC	1.219,77	2.710,26	3.930,03	655,01	1.353,01	1.413,49	2.766,50	461,08
AUDITORIA	-	-	-	-	4.635,00	-	4.635,00	772,50
CUSTÓDIA	-	-	-	-	-	-	-	-
ANBIMA	643,55	1.287,10	1.930,65	321,78	643,55	1.287,10	1.930,65	321,78
CVM	7.680,00	7.680,00	15.360,00	2.560,00	7.680,00	7.680,00	15.360,00	2.560,00
DESP. BMF	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	96,00	90,00	186,00	31,00	105,00	231,95	336,95	56,16
TOTAL	72.488,90	73.146,42	145.635,32	24.272,55	81.147,75	59.723,21	140.870,96	23.478,49

CONSOLIDADO

valores em R\$ mil

CUSTOS EXTERNOS	1º SEMESTRE 2014					2º SEMESTRE 2014				
	1º TRIMESTRE	% 1º TRIM	2º TRIMESTRE	TOTAL	MÉDIA MENSAL	3º TRIMESTRE	% 3º TRIM	4º TRIMESTRE	TOTAL	MÉDIA MENSAL
TX ADM.	177.378,50	85,26%	171.665,67	349.044,17	58.174,03	87.741,81	82,24%	133.210,55	319.336,73	53.222,79
TX CETIP	8.251,99	3,97%	8.307,73	16.559,72	2.759,95	4.421,06	3,61%	8.062,99	16.224,33	2.704,06
TX SELIC	3.517,49	1,69%	9.050,97	12.568,46	2.094,74	2.574,65	1,71%	3.988,14	7.858,87	1.309,81
ANBIMA	1.445,35	0,69%	2.890,70	4.336,05	722,68	4.635,00	0,64%	2.890,70	4.336,05	722,68
CVM	17.280,00	8,31%	17.280,00	34.560,00	5.760,00	1.603,60	7,63%	17.280,00	34.560,00	5.760,00
OUTROS	174,00	0,08%	186,00	360,00	60,00	9.600,00	0,08%	484,90	664,90	110,82
TOTAL	208.047,33	100%	209.381,07	417.428,40	69.571,40	106.194,07	100,00%	41.896,65	392.250,88	65.375,15

	1º SEMESTRE 2014	2º SEMESTRE 2014
PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO MENSAL DOS INVESTIMENTOS R\$	R\$817.851.141,53	R\$838.072.381,51
% CUSTO TRIMESTRAL TOTAL S/ PATRIMÔNIO	0,05%	0,05%

Política de Investimentos

A Política de Investimentos tem como objetivo direcionar as ações e processos na área de investimentos, visando a aplicação e gestão dos recursos financeiros dos planos de benefícios, de forma a atender aos compromissos com pagamentos de benefícios de natureza vitalícia a todos os participantes, assistidos e beneficiários, dos respectivos planos.

São considerados elegíveis os ativos e veículos de investimentos permitidos pela legislação em vigor, em especial a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

Os resumos das Políticas de Investimentos, para o ano de 2015, dos Planos de Benefício e Plano de Gestão Administrativa, abaixo descritos, foram extraídos das Políticas de Investimentos dos respectivos planos administrados pela BASES, elaboradas pelo Comitê de Investimentos, analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 28 de novembro de 2014.

A Política de Investimentos para o ano de 2015 está publicada na íntegra no site www.bases.org.br.

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2014

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2015 a 12/2015	INPC	Plano de Benefício Definido- Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%
01/2015 a 12/2015	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	5,00%
01/2015 a 12/2015	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa- PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 279ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 28/11/2014

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/2015 a 12/2015	Plano	Jorge Luiz de Souza	Diretor Administrativo e Financeiro

CONTROLE DE RISCO

Na aplicação dos recursos, a Entidade Fechada de Previdência Complementar deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistemático, e a segregação das funções de gestão administrativa e custódia.

Entende-se Risco como sendo a igual probabilidade de que ameaças ao valor da carteira se concretizem em perdas efetivas.

Os principais tipos de riscos a serem tratados na gestão dos investimentos administrados pela BASES são:

Risco de Liquidação	Risco de Mercado	Risco de Preço ou Taxa
Risco de Crédito	Risco Liquidez	Risco Operacional

A BASES adotará procedimentos específicos para mitigar e controlar cada tipo de risco.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2015 a 12/2015

SEGMENTO	LIMITE RES. 3.792	POLÍTICA INVESTIMENTOS	ALOCÇÃO ALVO	META DE RENTABILIDADE		
				PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	80%	CDI	CDI	CDI
Renda Variável	70%	20%	20%	IBX	IBX	-
Investimentos Estruturados	20%	20%	5%	INPC+ 5,00% a.a.	IGP-M + 5,00% a.a.	-
Investimentos no Exterior	10%	10%	5%	INPC+ 5,00% a.a.	IGP-M + 5,00% a.a.	-
Imóveis	8%	8%	8%	INPC+ 5,00% a.a.	IGP-M + 5,00% a.a.	CDI
Empréstimos a Participantes	15%	15%	5%	INPC+ 5,00% a.a.	IGP-M + 5,00% a.a.	-



GESTÃO Contábil

Balanco Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro, representando, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com os participantes e terceiros.

valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício		PASSIVO	Exercício	
	2014	2013		2014	2013
DISPONÍVEL	28	149	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.834	2.836
REALIZÁVEL	857.147	813.615	Gestão Previdencial (Nota 9)	3.219	2.241
Gestão Previdencial (Nota 5)	6.943	5.480	Gestão Administrativa (Nota 10)	613	582
Gestão Administrativa (Nota 6)	192	259	Investimentos (Nota 11)	2	13
Investimentos (Nota 7)	850.012	807.876	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	27.400	29.443
Créditos Privados e Depósitos	35.126	31.608	Gestão Previdencial (Nota 12)	3.797	6.206
Fundos de Investimento	753.183	722.283	Investimentos (Nota 13)	23.603	23.237
Investimentos Imobiliários	47.968	39.968	PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 14)	828.850	782.064
Empréstimos	13.735	14.017	Patrimônio de Cobertura do Plano	812.233	768.030
PERMANENTE	909	579	Provisões Matemáticas	790.321	735.712
Imobilizado (Nota 8)	909	579	Benefícios Concedidos	565.208	536.065
			Benefícios a Conceder	225.113	199.647
			Equilíbrio Técnico	21.912	32.318
			Resultados Realizados	21.912	32.318
			Superávit Técnico Acumulado	21.912	32.318
			Fundos	14.617	14.034
TOTAL DO ATIVO	858.084	814.343	Fundo Previdencial	227	205
			Fundos Administrativos	13.482	13.074
			Fundos dos Investimentos	908	755
			TOTAL DO PASSIVO	858.084	814.343

Demonstração do ativo líquido por plano

A Demonstração do Ativo Líquido por Plano evidencia a composição do ativo líquido do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando saldos de contas do ativo e passivo.

valores em R\$ mil

PLANO BÁSICO	Exercício	Exercício	Variação
Descrição	2014	2013	(%)
1. Ativos	585.930	561.940	4,27
Disponível	0	63	(100,00)
Recebível	9.709	9.398	3,31
Investimento	576.221	552.479	4,30
Créditos Privados e Depósitos	35.126	31.608	11,13
Fundos de Investimento	485.183	472.968	2,58
Investimentos Imobiliários	47.968	39.968	20,02
Empréstimos	7.944	7.935	0,11
2. Obrigações	20.721	22.945	(9,69)
Operacional	342	377	(9,28)
Contingencial	20.379	22.568	(9,70)
3. Fundos não Previdenciais	4.940	4.795	3,02
Fundos Administrativos	4.875	4.727	3,13
Fundos dos Investimentos	65	68	(4,41)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	560.269	534.200	4,88
Provisões Matemáticas	549.794	516.411	6,46
Superávit/Déficit Técnico	10.475	17.789	(41,12)

valores em R\$ mil

PLANO MISTO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Descrição			
1. Ativos	271.541	251.810	7,84
Disponível	27	81	(66,67)
Recebível	10.716	9.156	17,04
Investimento	260.798	242.573	7,51
Fundos de Investimento	255.006	236.491	7,83
Empréstimos	5.792	6.082	(4,77)
2. Obrigações	9.900	8.741	13,26
Operacional	2.879	1.866	54,29
Contingencial	7.021	6.875	2,12
3. Fundos não Previdenciais	9.450	9.034	4,60
Fundos Administrativos	8.607	8.347	3,11
Fundos dos Investimentos	843	687	22,71
5. Ativo Líquido (1-2-3)	252.191	234.035	7,76
Provisões Matemáticas	240.527	219.301	9,68
Superávit/Déficit Técnico	11.437	14.529	(21,28)
Fundos Previdenciais	227	205	10,73

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

A Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social Consolidada apresenta a movimentac o do patrimônio social da Entidade através das adic es (entradas) e deduc es (saídas) de recursos.

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	782.064	766.597	2,02
1. Adic�es	104.075	69.714	49,29
(+) Contribuições Previdenciais	7.720	6.020	28,24
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	89.712	60.085	49,31
(+) Reversão de Contingência- Gestão Previdencial	2.409	0	-
(+) Receitas Administrativas	2.782	2.509	10,88
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Administrativa	1.300	974	33,47
(+) Constituição de Fundo de Investimentos	152	126	20,63
2. Destinações	(59.289)	(54.247)	9,29
(-) Benefícios	(52.720)	(51.167)	3,04
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	(28.96)	0	0,00
(-) Constituição de Contingências- Gestão Previdencial	0	(89)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(3.673)	(2.991)	22,80
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	44.786	15.467	189,56
(+/-) Provisões Matemáticas	54.609	36.075	51,38
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(10.406)	(21.242)	(51,01)
(+/-) Fundos Previdenciais	22	16	37,50
(+/-) Fundos Administrativos	408	492	(17,07)
(+/-) Fundos dos Investimentos	453	126	259,52
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	826.850	782.064	5,73

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano

A Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido Por Plano apresenta a movimentac o do ativo líquido do plano de benefícios através das adic es (entradas) e deduc es (saídas) de recursos.

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	534.201	529.428	0,90
1. Adic�es	70.594	45.500	55,15
(+) Contribui�es	3.976	3.468	14,65
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	64.164	42.032	52,66
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	2.454	0	0,00
2. Destina�es	(44.526)	(40.727)	9,33
(-) Benefícios	(42.210)	(40.120)	5,21
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(1.780)	0	0,00
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	(89)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(536)	(518)	3,47
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	26.068	4.773	446,16
(+/-) Provisões Matemáticas	33.382	22.997	45,16
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(7.314)	(18.224)	(59,87)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	560.269	534.201	4,88
C) Fundos não previdenciais	4.940	4.795	3,02
(+/-) Fundos Administrativos	4.875	4.727	3,13
(+/-) Fundos dos Investimentos	65	68	(4,41)

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	234.035	223.958	4,50
1. Adic�es	30.351	21.635	40,29
(+) Contribui�es	4.804	3.581	34,15
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	25.547	18.054	41,50
2. Destina�es	(12.195)	(11.558)	5,51
(-) Benefícios	(10.510)	(11.046)	(4,85)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	(1.116)	0	0,00
(-) Constitui�o de Contingências- Gestão Previdencial	(44)	0	0,00
(-) Custeio Administrativo	(525)	(512)	2,54
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	18.156	10.077	80,17
(+/-) Provisões Matemáticas	21.227	13.078	62,31
(+/-) Fundos Previdenciais	22	16	37,50
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(3.092)	(3.018)	2,45
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	252.191	234.035	7,76
C) Fundos não previdenciais	9.450	9.034	4,60
(+/-) Fundos Administrativos	8.607	8.347	3,11
(+/-) Fundos dos Investimentos	843	687	22,71

Demonstração da Provisões Técnicas por Plano

Demonstração das Provisões Técnicas Por Plano representam a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios da Entidade.

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	581.053	557.213	4,28
1. Provisões Matemáticas	549.793	516.411	6,46
1.1. Benefícios Concedidos	488.499	468.336	4,31
Benefício Definido	488.499	468.336	4,31
1.2. Benefício a Conceder	61.924	48.075	27,50
Benefício Definido	61.924	48.075	27,50
2. Equilíbrio Técnico	10.475	17.789	(41,12)
2.1. Resultados Realizados	10.475	17.789	(41,12)
Superávit Técnico Acumulado	10.475	17.789	(41,12)
Reserva de Contingência	10.475	17.789	(41,12)
3. Fundos	65	68	(4,41)
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	65	68	(4,41)
4. Exigível Operacional	342	377	(9,28)
4.1. Gestão Previdencial	341	375	(9,07)
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	1	2	(50,00)
5. Exigível Contingencial	20.378	22.568	(9,70)
5.1. Gestão Previdencial	3.304	5.758	(42,62)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	17.074	16.810	1,57

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	262.934	243.463	8,00
1. Provisões Matemáticas	240.527	219.301	9,68
1.1. Benefícios Concedidos	76.709	67.728	13,26
Benefício Definido	76.709	67.728	13,26
1.2. Benefício a Conceder	163.818	151.573	8,08
Contribuição Definida	117.129	111.899	4,67
Saldo de Contas-Parcela Patrocinadores	18.450	17.174	7,43
Saldo de Contas-Parcela Participantes	98.679	94.725	4,17
Benefício Definido	46.689	39.674	17,68
2. Equilíbrio Técnico	11.437	14.529	(21,28)
2.1. Resultados Realizados	11.437	14.529	(21,28)
Superávit Técnico Acumulado	11.437	14.529	(21,28)
Reserva de Contingência	11.437	14.529	(21,28)
3. Fundos	1.070	892	19,96
3.1. Fundos Previdenciais	227	205	10,73
3.2. Fundos de Investimentos- Gestão Previdencial	843	687	22,71
4. Exigível Operacional	2.878	1.866	54,23
4.1. Gestão Previdencial	2878	1.866	54,23
5. Exigível Contingencial	7.022	6.875	2,14
5.1. Gestão Previdencial	493	448	10,04
5.2. Investimentos- Gestão Previdencial	6.529	6.427	1,59

Demonstração Consolidada do PGA

Demonstração do Plano de Gestão Administra Consolidada revela a atividade administrativa da Entidade apresentando a movimentação do fundo administrativo através das receitas, despesas e rendimento obtido no exercício a que se referir.

Descrição	valores em R\$ mil		
	2014	2013	Varição %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.074	12.582	3,91
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.081	3.483	17,17
1.1. Receitas	4.081	3.483	17,17
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.061	1.031	2,91
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.663	1.423	16,87
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	49	55	(10,91)
Resultado Positivo dos Investimentos	1.299	974	33,37
Outras Receitas	9	0	0,00
2. Despesas Administrativas	(3.673)	(2.991)	22,80
2.1. Administração Previdencial	(2.346)	(1.934)	21,30
Pessoal e Encargos	(1.182)	(1.022)	15,66
Treinamento/congressos e seminários	(115)	(100)	15,00
Viagens e estadias	(44)	(45)	(2,22)
Serviços de terceiros	(388)	(356)	8,99
Despesas gerais	(431)	(379)	13,72
Depreciações e amortizações	(186)	(32)	481,25
2.2. Administração dos Investimentos	(1.327)	(1.057)	25,54
Pessoal e encargos	(626)	(535)	17,01
Treinamento/congressos e seminários	(76)	(67)	13,43
Viagens e estadias	(30)	(28)	7,14
Serviços de terceiros	(196)	(151)	29,80
Despesas gerais	(276)	(253)	9,09
Depreciações e amortizações	(123)	(23)	434,78
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	408	492	(17,07)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	408	492	(17,07)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.482	13.074	3,12

Despesas Administrativas

Descrição	valores em R\$ mil	
	exercício 2014	2013
PESSOAL E ENCARGOS	1.808.079,31	1.557.299,91
PESSOAL PROPRIO	1.717.942,72	1.477.230,92
PESSOAL CEDIDO	64.382,42	62.461,75
ESTAGIÁRIO	25.754,17	17.607,24
SERVICOS DE TERCEIROS	560.080,34	490.269,86
CONSULTORIA ATUARIAL	127.579,03	145.701,86
CONSULTORIA JURIDICA	212.547,38	116.320,00
RECURSOS HUMANOS	1.361,11	3.963,78
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - ALM	7.250,00	18.000,00
ALUGUEL DE SISTEMAS	176.473,97	184.922,74
CONSULTORIA CONTABIL	13.000,00	0,00
AUDITORIA CONTABIL	21.868,85	21.361,48

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

BASES- FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL
CNPJ: 14.855.753/0001-93
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEBA, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar-SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários, a BANEBA Corretora de Seguros S/A e a Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES, de acordo com os respectivos Convênios de Adesão; figurando, ainda, como membro da Entidade, o Banco Alvorada S/A, sucessor por cisão do extinto BANEBA – que teve seu convênio de adesão cancelado, nos termos do artigo 11 do Estatuto e 13 do Regulamento Básico da BASES vigentes à época da privatização –, atuando como Patrocinador desta, não existindo, em relação aos planos de benefícios, os Convênios de Adesão de que trata o art. 13 da Lei Complementar 109/2001.

Conforme previsto no Artigo 26, parágrafo 2º do Estatuto da BASES, e, a pedido da Diretoria Executiva anterior, o Presidente do Banco Alvorada procedeu alteração na composição dos Órgãos Estatuários, destituindo e nomeando representantes, por ele indicados, cujos mandatos se iniciaram em 27 de abril de 2012 e se encerrarão em (05) cinco anos para os membros do Conselho Deliberativo, (03) três anos para os membros do Conselho Fiscal e (04) quatro anos para a Diretoria Executiva.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) *Plano Básico*: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no art. 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998. O Plano Básico continua a funcionar normalmente, apenas não são aceitas novas

inscrições de participantes e patrocinadores.

b) *Plano Misto*: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2014, a BASES possui um total de 2.203 participantes (2.209 em 2013), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Participantes						
Ativos	127	128	618	633	745	761
Autopatrocinados	10	12	28	29	38	41
Assistidos	1.145	1.142	275	265	1.420	1.407
Total	1.282	1.282	921	927	2.203	2.209

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, que altera o item VII do Anexo “B” e a letra “f” do item 17 do Anexo “C” da Resolução CNPC nº 8, Ofício Circular nº001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

Demonstrações Contábeis

São apresentados de forma consolidada, em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, e a NBC TE 11 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativas aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA .

O processo de consolidação leva à realização de alguns ajustes e eliminações para melhor apresentação dos saldos contábeis. Para a consolidação das demonstrações supracitadas foram eliminadas, quando aplicável:

- As participações do fundo administrativo nos planos de benefício previdenciais;

- Os saldos nas contas de ativo (contas a receber) nos planos previdenciais com as contas de passivo (contas a pagar) no PGA; e

- Os saldos nas contas de passivo (contas a pagar) nos planos previdenciais com as contas de ativo (contas a receber) do PGA.

Adicionalmente, são apresentadas de forma segregada por plano de benefício, as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e a demonstração das provisões técnicas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b) Gestão dos recursos administrativos

b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado dos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA- Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas administrativas comuns são rateadas proporcionalmente ao número de planos de benefícios administrados pela BASES, exceto quanto às despesas administrativas vinculadas aos investimentos, que são rateadas proporcionalmente ao patrimônio de cada plano de benefícios.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos

às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

- Gestão Previdencial: O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- Gestão Administrativa: O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Investimentos: Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

- Títulos para negociação: títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

- Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- Renda Fixa: As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base “pro rata dia” até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- Ações: Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- Investimentos Imobiliários: Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- Empréstimos: Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescido dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

A depreciação é calculada de acordo com as taxas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventiladores – refrigeradores de ar	25%
Sistema de segurança	10%
Softwares	20%
Edificações	Vida útil remanescente

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representados por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

- Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

- Equilíbrio Técnico

O resultado do exercício é incorporado à reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas, sendo o excedente alocado à reserva para revisão do plano.

i.2) Fundos

- Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

- Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

- Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Plano Básico		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	31	31
Outros Recursos a receber		
. Patrocinador	119	-
Depósitos Judiciais/Recurais	4.683	4.640
Total Plano Básico	4.833	4.671
Plano Misto		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	179	183
Outros Recursos a receber		
. Patrocinador	1.284	-
Custeio administrativo antecipado	6	11
Depósitos Judiciais/Recurais	641	615
Total Plano Misto	2.110	809
Total Realizável da Gestão Previdencial	6.943	5.480

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2014	2013
Contas a receber		
. Responsabilidade de Empregados	1	1
. Despesas Antecipadas	-	5
Depósitos Judiciais/Recurais	11	11
Custeio PGA	180	242
Total PGA	192	259
Total Realizável da PGA	192	259

7. INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009, e estão assim distribuídos:

	2014	2013
PLANO		
Plano Básico		
. Certificados Privados e Depósitos	35.126	31.608
. Fundos de Investimentos		
Multimercado	485.083	472.870
Estruturado (GTD)*	100	98
. Investimentos Imobiliários	47.968	39.968
. Empréstimos	7.944	7.935
Total do Plano Básico	576.221	552.479
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	255.006	236.491
. Empréstimos	5.792	6.082
Total do Plano Misto	260.798	242.573
Plano de Gestão Administrativa - PGA		
. Certificados Privados e Depósitos	-	-
. Fundos de Investimentos	12.993	12.824
Total do Plano de Gestão Administrativa	12.993	12.824
Total de Investimentos	850.012	807.876

*Em 22/07/2013 a BASES, transferiu sua posição de ações da GTD (166.500 ações ON e 166.500 ações PN), integralizando no BNY MELLON GTD FIP, subscrevendo 73,26 cotas no BNY MELLON GTD Fundo de Investimentos em Ações.

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária, Custódia e Controladoria dos Ativos da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras classificadas como títulos mantidos até o vencimento correspondem a 59,16% e as classificadas como para negociação correspondem a 40,84%. Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos.

Títulos para negociação	Custo Total	Vencimento			2014 Total	2013 Total
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos		
PLANO BÁSICO						
Fundos de Investimento						
Ações					0	0
FIDC	700.111	700.111			700.111	982.623
Fundos- RF					0	0
Fundos- RV	22.506.662	22.506.662			22.506.662	18.858.756
Fundos- FIP					0	98.165
CDBPS			16.232.557		16.232.557	39.231.851
CDB-Pos Su	3.153.000	5.349.113			5.349.113	17.399.703
CDB-C Sub					0	0
Debêntures	7.651.851	797.617	4.743.548		5.541.164	11.601.003
LF-Pos	1.501.752	1.813.982			1.813.982	8.557.594
LF-Sub	13.800.000		14.447.676		14.447.676	14.364.449
LFT					0	0
LTN					0	0
NTN-B	308.180.441			351.340.389	351.340.389	330.301.638
NTN-C	1.030.081			1.449.518	1.449.518	1.377.309
LTN-O					0	0
Operações compromissadas	65.702.291	65.702.291			65.702.291	30.195.226
Subtotal Fundos de Investimento	424.226.188	96.869.775	35.423.780	352.789.907	485.083.462	472.968.319
Certificados Privados e Depósitos						
CDB Caixa	28.328.744	0	35.125.631	0	35.125.631	31.608.333
Total do plano	452.554.933	96.869.775	70.549.411	352.789.907	520.209.093	504.576.651

Títulos para negociação	Custo Total	Vencimento		A partir de 05 anos	2014 Total	2013 Total
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos			
PLANO MISTO						
Fundos de Investimento						
FIDC	280.044	280.044			280.044	393.049,07
Fundos- RV	11.658.812	11.658.812			11.658.812	9.365.875
CDB					0	22.945.285,6
CDB-Pos Sub	5.716.000		13.341.853		13.341.853	12.660.733
CDB-C Sub	1.941.000	3.292.936,41			3.292.936	0
Debêntures	1.880.773		1.609.048		1.609.048	3.874.104
LF-Pos	901.752	1.066.211			1.066.211	4.430.030
LF-Sub	3.300.000		3.497.469		3.497.469	3.465.704
LFT					0	0
LTN					0	0
NTN-B	148.811.155		169.566.435,8		169.566.436	159.438.168
NTN-C	440.947		620.495,46		620.495	589.585,11
LTN-O					0	0
Operações compromissadas	50.072.737	50.072.737			50.072.737	19.328.494
Total do plano	225.003.221	66.370.741	188.635.301	0	255.006.042	236.491.028
Total dos planos previdenciais	677.558.153	163.240.516	259.184.712	352.789.907	775.215.135	741.067.679
Plano de Gestão Administrativa						
Bradesco F. I. REF DI FED Extra	12.993.298	12.993.298			12.993.298	12.824.209
Total do plano	12.993.298	12.993.298	0	0	12.993.298	12.824.209
Total dos títulos para negociação	690.551.451	176.233.813	259.184.712	352.789.907	788.208.432	753.891.888

a) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, e estão assim distribuídos:

	2014	2013
PLANO BÁSICO		
Alugueis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	27.043	19.082
. Locados a Terceiros	13.845	12.275
. Alugueis a Receber	65	41
Rendas de Participações		
. Shopping Center	3.069	3.144
. Complexo Hoteleiro	3.946	5.426
Total de Investimentos Imobiliários	47.968	39.968

De acordo com a legislação vigente, em junho/2014, foram procedidas as reavaliações dos imóveis pertencentes à Carteira de Investimentos Imobiliários do Plano Básico, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. O registro contábil da reavaliação foi realizado em julho de 2014. Demonstramos no quadro a seguir os efeitos das reavaliações:

Imóveis Locados a Patrocinadores	Vida útil	Valor contábil	Reavaliação	Resultado
	Remanescente	antes da reavaliação		
Barra	45 anos	2.168	3.640	1.472
Barreiras	45 anos	3.136	4.275	1.139
Campo Grande	45 anos	3.464	4.710	1.246
Centro Empresarial Iguatemi	45 anos	2.358	3.116	758
Juazeiro	50 anos	2.762	4.065	1.303
Pituba	45 anos	4.178	6.225	2.047
Santo Estêvão	53 anos	911	1.250	339
Sub totais		18.977	27.281	8.304

Imóveis Locados a Terceiros	Vida útil	Valor contábil	Reavaliação	Resultado
	Remanescente	antes da reavaliação		
Suarez Trade s/2201 e 2202	45 anos	3.291	3.400	109
Centro Emp. Farol da Barra	45 anos	2.036	2.425	389
Shopping Center Sumaré	50 anos	1.055	1.420	364
Ed. Garagem Park Center	45 anos	5.396	6.320	923
Loja Park Center	45 anos	363	430	67
Sub totais		12.141	13.995	1.854
Participações				
Shopping Center Lapa	45 anos	3.114	3.106	-8
Complexo Hoteleiro	45 anos	5.365	4.000	-1.365
Sub totais		8.479	7.106	-1.373
Totais		39.597	48.382	8.785

8. PERMANENTE (PGA)

	2014	2013
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	192	2
Máquinas e Equipamentos	15	15
Equipamentos de Informática	27	32
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	10	4
Software	1	5
Sistema de Segurança	7	8
Total de bens móveis	252	66
Bens Imóveis		
*Imóvel de Uso Próprio	657	513
Total de bens imóveis	657	513
Total do Permanente	909	579

*De acordo com a legislação vigente, em junho/2014, foi procedida a reavaliação do imóvel pertencente ao PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. O registro contábil da reavaliação foi realizado em julho de 2014. Demonstramos no quadro o efeito da reavaliação:

Imóveis De Uso Próprio	Vida útil	Valor contábil	Reavaliação	Resultado
	Remanescente	antes da reavaliação		
Ed. Serra da Raiz, 9º andar	40 anos	919	665	-254
Totais		919	665	-254

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

	2014	2013
Plano Básico		
Benefícios a pagar	177	168
Retenções a recolher	68	65
Outras exigibilidades	96	142
Total do Plano Básico	341	375
Plano Misto		
Benefícios a pagar	2.787	1.711
Retenções a recolher	7	55
Outras exigibilidades	84	100
Total do Plano Misto	2.878	1.866
Total Exigível Operacional – Gestão	3.219	2.241

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2014	2013
Despesas de pessoal	533	502
Retenções a recolher	50	47
Fornecedor	24	33
Outros	6	-
Total do Exigível Operacional - Gestão Administrativa	613	582

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

	2014	2013
Plano Básico		
Retenções a recolher (IOF empréstimos participantes)	1	2
Total do Plano Básico	1	2
Plano Misto		
Retenções a recolher (IOF empréstimos participantes)	1	11
Total do Plano Misto	1	11
Total do Exigível Operacional - Investimentos	2	13

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Plano Básico		
Provisão		
. Aposentadoria por tempo de contribuição (a)	1.137	1.369
. Benefícios previdenciários (b)	2.167	4.389
Total do Plano Básico	3.304	5.758
Provisão		
. Benefícios previdenciários (b)	493	448
Total do Plano Misto	493	448
Total do Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	3.797	6.206

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(a) Aposentadoria por tempo de contribuição

Valor correspondente aos processos impetrados por participantes pleiteando obtenção do benefício de gozo ou suplementação de aposentadoria.

(b) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes. Em dezembro/2014,

baseado no parecer do Consultor Jurídico Interno, foram efetuados ajustes em diversas provisões, dentre as quais a de Valdimiro Lustosa Nogueira Soares processo nº00945.2004.016.05.00-0, que resultou na reversão de R\$2.220.

13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Plano Básico		
Provisão		
. Imposto de Renda - dívida ativa (MP 2222/01)	17.074	16.810
Total do Plano Básico	17.074	16.810
Plano Misto		
Provisão		
. Imposto de Renda - dívida ativa (MP 2222/01)	6.529	6.427
Total do Plano Misto	6.529	6.427
Total do Exigível Contingencial de Investimentos	23.603	23.237

Em 30.07.1991 a BASES ajuizou a Ação Declaratória nº 91.00.04230-7, distribuída ao juízo da 7ª Vara Federal de Salvador, para que fosse reconhecida a sua imunidade tributária. Em 25.08.1992, a BASES ajuizou Medida Cautelar Incidental à referida Ação Declaratória a fim de efetivar depósitos judiciais dos tributos questionados em juízo, o que, de fato, passou a ser realizado a partir de 06.10.1992. A Entidade desistiu dos processos, após a publicação da Medida Provisória 2222/2001 como regra para aderir ao RET - Regime Especial de Tributação que anistia juros e multas tendo em vista a compreensão da maioria dos tributaristas de que não seria reconhecida a imunidade dos fundos de pensão, bem como havia entendimento de que o período de 1992 a 1996 teria decaído, fazendo com que a BASES adotasse medidas judiciais cabíveis para levantar o saldo dos depósitos. O levantamento dos depósitos referentes ao período supracitado foi questionado pela Receita Federal do Brasil (RFB), com alegação de que os depósitos judiciais impedem a decadência do período, tendo a RFB autuado a Entidade no valor de R\$52.678 mil. Neste sentido, a BASES, após consulta e orientação de escritório especializado na área tributária, apresentou pedido de revisão do auto de infração, sem adentrar no julgamento quanto à legalidade do crédito tributário, requerendo a Revisão do Método de Apuração, ajustando-o aos ditames legais e ao entendimento já manifestado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN sobre o tema. Em 03/09/2012 houve, por parte da Procuradoria da Fazenda Nacional, o ajuizamento da Execução Fiscal, sendo que, só em 06.10.2013, a BASES foi citada, apresentando defesa, dentro do prazo legal, 11.10.2013, a Exceção de Pré-executividade e oferecimento das garantias, em imóveis R\$ 42 milhões, e o restante, caso a justiça aceitasse, em depósito judicial. A Fazenda Nacional apresentou resposta, ao juízo, em 04.11.2013, porém a BASES só foi intimada a se manifestar em 14.01.2014, respondendo ao juízo em 24.01.2014. O valor ora provisionado refere-se a R\$23.603 mil e R\$23.237 mil (2014 e 2013) respectivamente. No momento os autos encontram-se concluso, a BASES aguarda a decisão do Juízo.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

14.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A reserva de contingência é acumulada até atingir o limite de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores das provisões matemáticas, conforme legislação vigente.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
PLANO BÁSICO		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos	488.499	468.336
. Benefícios a conceder	61.295	48.076
Total das Provisões Matemáticas	549.794	516.412
Superávit Técnico Acumulado		
. Reserva de Contingência	10.475	17.789
	10.475	17.789
Fundos		
. Fundo de Investimentos	65	68
Total do Plano Básico	560.334	534.269
PLANO MISTO		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos	76.709	67.728
. Benefícios a conceder		516.412
Contribuição Definida		
Saldo de contas – Parcela Patrocinador	18.450	
Saldo de contas – Parcela Participantes	98.679	17.789
Benefício Definido	46.689	17.789
Total das Provisões Matemáticas	240.527	
Superávit Técnico Acumulado	11.437	14.529
. Reserva de Contingência	11.437	14.529
Fundos		
. Fundo Previdencial	227	205
. Fundo de Investimentos	843	687
	1.070	892
Total do Plano Misto	253.034	234.721

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2014 e 2013:

	2014	2013
PLANO BÁSICO		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 13%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 100%	Light Forte agravada 100%
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	Nulo	Nulo
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83 (desagravada em 10%)
PLANO MISTO		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 13%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 100%	Light Forte agravada 100%
Taxa de juros anual	4,75%	5%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83 (desagravada em 10%)

A Administração entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com os anos anteriores, com exceção, da tábua de mortalidade geral e tábua mortalidade de inválidos, que, após testes de aderência efetuado pelo atuário, concluiu pela utilização da AT-2000 (desagravada em 13%) e pela AT-83, por estas apresentarem aderência aos planos de benefícios previdenciais.

O Fundo de Sobras de Contribuição Patronal (fundos previdenciais), constituído no Plano Misto, refere-se às contribuições dos Patrocinadores que não puderam ser resgatadas pelos participantes que se desligaram dos seus respectivos planos previdenciais.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% so-

bre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

15. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e bens do permanente por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Cenário Econômico

Observamos na economia brasileira o esgotamento de condutores como o consumo, que antes impulsionaram o crescimento do país, onde o nível de preços se manteve em patamar elevado diante de um mercado de trabalho apertado, câmbio depreciado e inflação próxima do teto da meta (6,41%).

Em 2014 o PIB ficará próximo de zero, devido à política econômica implementada nos últimos anos, sendo que, as atenções continuam voltadas para as diretrizes de política econômica adotadas a partir de 2015. Nesse contexto, o Banco Central voltou a subir os juros em outubro passado, encerrando o ano com a SELIC em 11,75%.

O mercado de ações foi influenciado pela volatilidade devido ao cenário eleitoral, onde a bolsa apresentou o pior desempenho entre as aplicações financeiras, com queda de 2,91% no ano. O resultado foi muito afetado pelo mau desempenho da Petrobras. “Com seus preços bem baixos, é uma excelente opção de longo prazo, pois em algum momento do futuro, a economia deverá voltar ao seu ritmo normal, propiciando grande valorização destas ações”.

Os mercados em 2015 em função de algumas variáveis e incertezas sobre a economia e a política no Brasil deverão continuar bem voláteis. O câmbio deverá ficar pressionado, em função da piora da balança comercial e de pagamentos, e intenção do governo de favorecer as exportações.

Estratégia adotada pela BASES

A BASES implementou em 2012 na gestão dos seus ativos o estudo de ALM – Asset Liability Management, adotando uma Política de Investimentos voltada para as características de seu passivo de longo prazo. Tais mudanças visavam alinhar o fluxo e o desempenho dos ativos ao passivo dos Planos de Benefícios administrados pela BASES.

Mesmo após um ano desafiador como foi o ano de 2013, a Entidade manteve a estratégia adotada no ano anterior 2012. Neste sentido o ano de 2014 foi um ano de recuperação de resultados, onde os Títulos Públicos Federais indexados ao IPCA- Índice de Preços ao Consumidor Amplo (NTNBs) tiveram o segundo melhor resultado do ano, com alta de 12,29%. Estes títulos são um importante aliado no alcance dos objetivos atuarias, não só pela alta remuneração proporcionada pelos mesmos, assim como, pela proteção com relação à inflação que oferecem e por isso, representam a principal estratégia no segmento de Renda Fixa da Fundação (62,00% dos investimentos líquidos).

Com relação aos títulos privados, a Bases tem mantido uma alocação com perfil conservador (13,00% dos investimentos líquidos), mesmo assim essa classe de ativos tem colaborado com o resultado.

Finalmente a estratégia adotada pela BASES, continuará focada em manter a disciplina de alocação em ativos que possuem ganhos aderentes aos objetivos atuarias dos Planos de benefícios, adotando sempre princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Resultado dos Investimentos

Em dezembro de 2014 os investimentos consolidados da BASES atingiram o montante de aproximadamente R\$ 838 milhões, conforme a seguinte distribuição: 92,50% no segmento de renda fixa; 0,01% no segmento de Investimentos Estruturados; 5,72% no segmento Imobiliário; e 1,77% no segmento de empréstimos a participantes.

Rentabilidade dos Planos de benefícios administrados pela Bases superam meta atuarial em 2014

A rentabilidade do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) encerrou o ano de 2014 com rentabilidade acumulada de 11,61%, contra uma necessidade atuarial (INPC+5% a.a.) de 11,54% no mesmo período, performando acima da meta.

A rentabilidade foi influenciada positivamente pela alocação de 61,00% dos investimentos líquidos do Plano em papéis indexados ao IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo (NTNBs), pois tiveram no ano uma rentabilidade de 12,29%. Estes títulos foram um importante aliado na superação da meta atuarial.

A rentabilidade do PM I, no ano de 2014, foi de 10,50%, contra uma necessidade atuarial (IGPM+5% a.a.) de 8,87% no mesmo período, ficando acima da meta em 1,50%. A rentabilidade foi influenciada positivamente pela alocação de 65,00% dos investimentos líquidos do Plano em papéis indexados ao IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo (NTNBs), pois tiveram no ano uma rentabilidade de 2,29%.

A estratégia adotada pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos, permitindo assim a boa condução da gestão dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, garantindo que os benefícios futuros sejam cumpridos.

Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Superar as metas atuariais é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos. Garantir um conforto financeiro aos seus participantes, tornou-se uma luta diária da BASES que vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006, foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nºs 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

A BASES interpôs dois Recursos Administrativos. O primeiro foi negado provimento. O segundo, dirigido ao órgão recursal denominado CGPC, que veio a ser extinto sem ter concluído o julgamento desse Recurso. Assim, houve o encaminhamento do Recurso ao Ministro da Previdência Social, que se manifestou pelo não cabimento do Recurso, alegando esgotamento da via administrativa.

Discordando com o teor dessas Portarias, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

A BASES continua aguardando decisão referente a Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Dirlene Rios da Silva
Presidente
CPF-248.135.755-87

Jorge Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro
CPF-100.822.555-04

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA-11236/O-0
CPF-178.290.895-15

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
FUNDAÇÃO BANES DE SEGURIDADE SOCIAL - BASES

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANES DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais do ativo líquido por plano de benefício, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, por plano de benefício, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC.

Salvador, 03 de março de 2015.

PERFORMANCE

AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES CRC-2BA - 00710/0

JOSÉ RENATO MENDONÇA

DIRETOR RESPONSÁVEL

CRC - 2BA 9.709/0-9

Parecer do Conselho Fiscal

O **CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES**, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2015, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2014, compostas do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprovação das Demonstrac es Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2014.

Salvador (BA), 24 de març o de 2015.

Magnoneide Matos da Silva
Presidente

Edvaldo Oliveira Souza Filho
Conselheiro

Odeval Fonseca Araújo
Conselheiro

Manifestação do Conselho Deliberativo

O **CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES**, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março de 2015, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2014, compostas do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprova o do Relatório Anual e Presta o de Contas, contidos nas Demonstrac es Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2014.

Salvador (BA), 27 de março de 2015.

Lauzimar Gomes Lima
Presidente

Ant nio Alberto Pinto Brandão de Souza
Conselheiro

Eduardo Augusto Furtado Correa
Conselheiro

Ezequiel dos Anjos
Conselheiro

José Aziz Raimundo Filho
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2014

Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes e assistidos

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Eliana Gentili (MTBA- n.º 2694)



FUNDAÇÃO BANE B DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES
Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar, Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA
www.facebook.com/fundacaobases
www.bases.org.br